

Questão Discursiva 02819

O Código de Ética da Magistratura Nacional prevê a observância de inúmeros princípios como condição indispensável para o regular desempenho do exercício da magistratura e da respeitabilidade do Poder Judiciário junto à sociedade, concorrendo de forma definitiva para a distribuição da justiça e até mesmo para o fortalecimento da legitimidade do Poder. Assim, cite, pelo menos, 06 (seis) princípios que orientam o exercício da Magistratura Nacional, discorrendo sobre dois daqueles princípios.

Resposta #003241

Por: Jack Bauer 30 de Outubro de 2017 às 13:42

O art. 1º do Código de Ética da Magistratura (Res. 60/2008) prevê que exercício da magistratura exige conduta compatível com os preceitos deste Código e do Estatuto da Magistratura, norteados pelos princípios da independência, da imparcialidade, do conhecimento e capacitação, da cortesia, da transparência, do segredo profissional, da prudência, da diligência, da integridade profissional e pessoal, da dignidade, da honra e do decoro.

A independência significa que o magistrado não pode se subordinar a nenhum interesse que não seja a causa da justiça, daí a razão para os impedimentos do par. único do art. 95 da CF (atividade comercial, política, outro cargo ou função, salvo magistério, etc).

A imparcialidade é uma garantia do jurisdicionado que decorre do devido processo legal (art. 5º, LIV, CF), consistindo no dever do magistrado não tomar partido em favor de uma das partes, atribuindo o julgamento constitucional e legal que a causa merecer, sem privilégios e tratamentos anti-isonômicos.

Capacitação significa que o juiz deve perseguir um contínuo aprimoramento intelectual para exercer suas funções com eficiência e prestar um serviço jurisdicional de qualidade (art. 37 da CF).